

# Queda das taxas de emprego penalizou mais os licenciados

Aos 20 anos, um em cada três jovens está a frequentar o ensino superior, mas vai ser difícil atingir a meta definida pela UE para 2020

Clara Viana

Os jovens licenciados portugueses com menos de 25 anos são os mais atingidos pela quebra das taxas de emprego registada na última década, enquanto na média europeia os mais lesados neste grupo foram os que tinham qualificações mais baixas. Esta é uma das “especificidades” que Portugal apresenta no cenário actual de restrição das oportunidades de emprego, frisa-se no último relatório sobre o Estado da Educação, onde se faz um balanço sobre a evolução das qualificações dos portugueses entre 2000 e 2010.

Enquanto a taxa de emprego dos jovens com o ensino secundário praticamente não se alterou, a quebra no grupo dos licenciados com menos de 25 anos foi de quase 20%. Elisio Estanque, sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, não considera estes dados surpreendentes e relaciona-os com “a falta de modernização e de inovação do tecido empresarial português, excepcional a nível europeu”.

“Estamos a falar de um país em que os padrões são menos qualificados do que os empregados e onde se chega ao ponto de alguns jovens se sentirem constrangidos a omitir que têm uma licenciatura para conseguir um emprego, por estarem cientes de que o empregador optará por aquele que tiver menos qualificações”, comenta Elisio Estanque.

Com base em dados do Eurostat sobre o emprego, o Conselho Nacional de Educação (CNE), que elaborou aquele relatório, constata também que a situação do grupo dos 15 aos 24 anos se repete noutros escalões etários, ou seja, são os licenciados que “sofrem a maior quebra das taxas de emprego”, ao contrário do que se passou na maior parte dos países da UE. O CNE é um órgão consultivo da Assembleia da República.

Apesar de os licenciados terem sido mais penalizados, a taxa de emprego da população portuguesa com ensino superior continua a ser mais elevada do que a de outros grupos. No grupo dos 25 aos 64 anos era, em 2010, de

85,4%, enquanto a dos que concluíram o ensino secundário ou o básico era, respectivamente, de 79,9% e 68,2%. Uma qualificação a nível superior continua a ter vantagens, “tanto no acesso ao emprego como nas probabilidades de o manter”, o que pode ser confirmado através da evolução das taxas de desemprego, afirma o CNE.

Em 10 anos, a percentagem da população entre os 25 e os 64 anos com o ensino superior subiu de 8,8% para 15,4%. A diferença para a média europeia (25,9%) é de 10,5 pontos percentuais. Já no que respeita aos que, nesta faixa etária, concluíram o ensino secundário, Portugal (31,9%) está ainda a 41 pontos percentuais de distância da média europeia (72,7%), continuando assim no patamar inferior (ver texto nestas páginas).

O número de diplomados passou de 61.140 em 2000 para 76.609 em 2010. Entre os que se licenciaram no ano passado, 60,1% eram do sexo feminino, uma situação que o CNE frisa ser “consistente com a observação dos percursos escolares femininos no ensino básico e secundário”, onde as raparigas têm, no geral, melhores desempenhos e chumbam menos.

O aumento do número de licenciados foi particularmente significativo no grupo etário dos 30 aos 34 anos, onde a taxa de diplomados mais do que duplicou, passando de 11,3% para 23,5%. Apesar deste salto, o CNE frisa que não deve “ser iludida a dificuldade de se alcançar a meta europeia” definida para 2020, que aponta para pelo menos 40% de licenciados naquele grupo etário.

O cumprimento desta meta “exige um esforço continuado de integração das novas gerações e de captação de novos públicos”, recomenda. Este último objectivo tem sido alcançado com o “funcionamento dos cursos de ensino à distância e em regime pós-laboral, o incremento da oferta de cursos de especialização tecnológica, o ingresso de adultos maiores de 23 anos”.

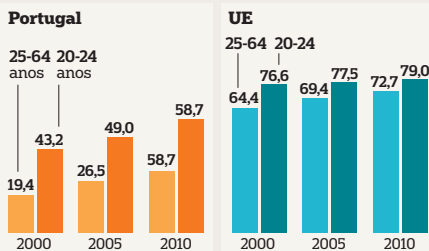
Frisa também que “a transição do ensino secundário para o superior necessita de ser melhor articulada no plano curricular de modo a garantir a

## Estado da Educação em 2011

Indicadores apontam para a dificuldade de Portugal atingir as metas europeias estabelecidas

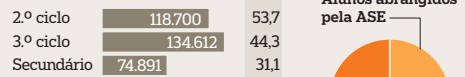
### População que atingiu pelo menos o 12.º ano

Em %

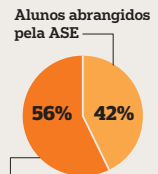


### Alunos abrangidos pela acção social escolar

2010



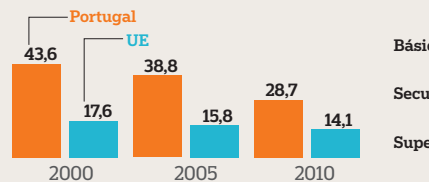
2011 (val. provisórios)



No escalão A\*\*  
\*\*Rend. mensal do agregado igual ou inferior a 209 euros

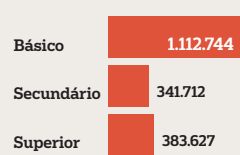
### Taxa de saída escolar precoce

18 a 24 anos sem o 12.º ano, em %



### Alunos inscritos

2009/2010

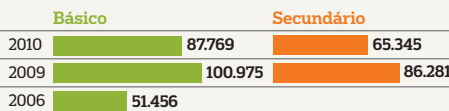


### Evolução do número de diplomados



### Novas oportunidades

#### Evolução do n.º de adultos em processos de RVCC\*\*\*



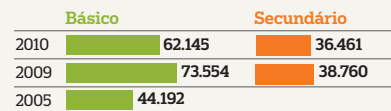
\*\*\* Reconhecimento, validação e certificação de competências

#### Inscritos no 3.º ciclo por modalidade

	2005	2010
Regular	353.960	339.585
CEF	7061	37.959
EFA		29.959
Recorrente	17.801	473
RVCC		93.342
Outros		1825

Fonte: PÚBLICO

#### Evolução do n.º de adultos certificados



#### Inscritos no secundário por modalidade

	2005	2010
Gerais	205.671	197.582
Tecnológico	59.474	14.577
Artístico	21.84	2348
Profissionais	36.765	107.266
CEF	2832	2320
EFA		41.773
Recorrente	69.970	12.578
RVCC		86.956
Outros		18.582

## Mais Artes e Humanidades

CNE defende reforço da atractividade nesta área

Apenas cerca de 9% dos estudantes que frequentam o ensino superior escolheram a área de Artes e Humanidades. A média na União Europeia é de 12,6%. Para o Conselho Nacional de Educação (CNE), os desafios para o sector passarão também pelo reforço da “atractividade das formações” nesta área.

Já no grupo de Engenharia, Indústria Transformadora e Construção a percentagem de estudantes (22,3%) é “significativamente mais elevada que a média europeia” (14,1%). A área da educação (formação de professores) é a “única que apresenta um decréscimo significativo de



procura (menos 7125 alunos inscritos) entre 2000 e 2010. Segundo o CNE, a “reorganização da rede de instituições do ensino superior e respectivos cursos é imprescindível, de modo a racionalizar a oferta de formação” e conseguir uma optimização dos recursos. **C.V.**

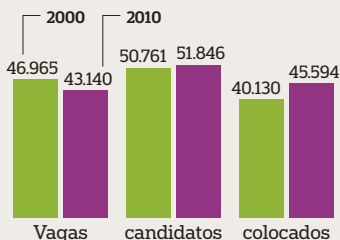
preparação adequada dos alunos para o prosseguimento com sucesso dos estudos escolhidos”.

A área de Ciências Sociais, Comércio e Direito é a que tem maior peso, cobrindo mais de 25% da oferta educativa. Neste grupo as Ciências Empresariais representam 46%, enquanto Agricultura se fica pelos 2%. Quanto ao grau de formação, 48,4% dos cursos são de mestrado, 38,4 de licenciatura e 13,2 de doutoramento. Em 2010, existiram 143 instituições do ensino superior, com 3623 cursos acreditados, e um total de 383.627 estudantes. Aos 20 anos, um em cada três jovens está a frequentar o ensino superior.

Dos estudantes inscritos pela primeira vez, 12,3% entraram no ensino superior através das provas para maiores de 23 anos. Para este concurso não é necessário ter o ensino secundário. No ensino público apenas se inscreveram 52,6% dos candidatos aprovados nestas provas. **com Graça Barbosa Ribeiro**

lecionadas para 2020

### Relação entre a oferta e a procura no ensino superior público



### Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez

	2007	2010
Concursos gerais de acesso	51.907	58.798
Provas para maiores de 23	10.856	10.003
Outras origens	11.033	12.567

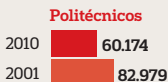
### Taxa de emprego dos diplomados com ensino superior

25-64 anos

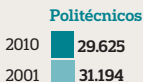


### Evolução de inscritos por subsistema de ensino

#### Público



#### Privado



#### Total

